



DOM MARCOS ANTONIO TAVONI
POR MERCÊ DE DEUS E DA SÉ APOSTÓLICA,
BISPO DE BOM JESUS DO GURGUÊIA

DECRETO DE CRIAÇÃO
DA COMISSÃO DIOCESANA PARA PROTEÇÃO DE MENORES E
PESSOAS EM ESTADO DE VULNERABILIDADE (CDPMPV)

Aos que este nosso Decreto virem, saudação, paz e bênção em Nosso Senhor Jesus Cristo.

Sendo de nosso dever de Pastor “edificar o próprio rebanho na verdade e santidade” e em comunhão com o Papa Francisco, através da Carta Apostólica em forma de Motu Proprio, "Vos Estis Lux Mundi" (Vós Sois a Luz do Mundo), de 09 de maio de 2019, que determinou regras estabelecendo novos mecanismos para a proteção de menores e de pessoas em estado de vulnerabilidade contra delitos sexuais de clérigos e de membros de Instituto de Vida Consagrada (IVC) e de Sociedades de Vida Apostólica (SVA), conforme as disposições gerais, no Art. 1º § 1º (VELM).

Considerando que, entre outras medidas, estando em vigor o Motu Proprio VELM, devem ser criados sistemas estáveis e facilmente acessíveis ao público, para que qualquer pessoa possa relatar eventuais delitos previstos pelo VELM (cf. art. 2º §1º), acolhendo essas determinações do Romano Pontífice, e com a anuência do Colégio de Consultores, havemos por bem decretar, como de fato **decretamos, constituída a Comissão Diocesana para Proteção de Menores e Pessoas em Estado de Vulnerabilidade (CDPMPV)**, para a aplicação do Motu Proprio "Vos Estis Lux Mundi".

A Comissão, com Regimento próprio que ora aprovamos e promulgamos, tem a incumbência de zelar para que todas as instituições e organizações católicas, presentes e/ou atuantes no âmbito da Diocese de Bom Jesus do Gurguêia, sejam lugares seguros e livres de abusos sexuais, principalmente para menores e pessoas vulneráveis que participam de suas atividades. Em segundo lugar, compete-lhe acolher as denúncias sobre eventuais delitos contra o sexto mandamento do Decálogo previstos no Art. 1º §1º do VELM.

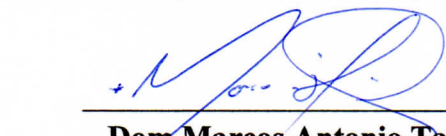
Sejam encaminhadas a Nunciatura Apostólica no Brasil vias originais deste Decreto, do Regimento Diocesano e do Decreto de nomeação dos membros da Comissão Diocesana para Proteção de Menores e Pessoas em Estado de Vulnerabilidade (cf. art. 2º § 1º do Motu Proprio Vos Estis Lux Mundi).

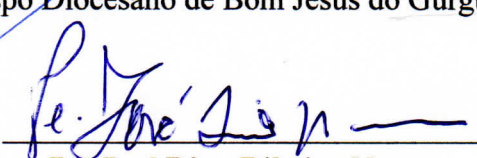
O presente Decreto entra em vigor nesta data e válido enquanto não mandarmos o contrário.

Registre-se, publique-se e execute-se.

Dado e passado, em nossa Cúria Diocesana, nesta Cidade de Bom Jesus, Piauí, aos onze dias (11), do mês de novembro (11), do ano do Senhor, de dois mil e vinte e um (2021).




Dom Marcos Antonio Tavoni
Bispo Diocesano de Bom Jesus do Gurguêia


Pe. José Dino Ribeiro Nunes
Chanceler da Cúria Diocesana

